

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: UniFil Campus Ipolon _ Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 _ Londrina _ PR

Data: 24 de maio de 2017

Horário: 13h30 horas (1ª convocação) - 13h45 (2ª convocação)

1 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezessete foi realizada reunião
2 ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social na UniFil Campus Ipolon, sito a Rua
3 Alagoas, 2015 – Centro, Londrina – PR. Os participantes desta reunião foram registrados em
4 lista de presença devidamente assinada e arquivada. A reunião é iniciada em segunda
5 chamada, às treze horas e quarenta e oito minutos com a justificativa do atraso da presidente
6 Valmirete Alves. Em seguida é feita a leitura da pauta para apreciação e aprovação 1.
7 **Apresentação e aprovação da pauta; 2. Aprovação de Atas; 3. Critério para emissão de**
8 **Atestado de Funcionamento; 4. Apresentação dos Projetos para Construção de CRAS e**
9 **CREAS – Proposta voluntária do MDS-2017; 5. Apresentação do Plano de Ação de**
10 **Cofinanciamento Federal; 6. Conferência Municipal de Assistência Social; 7.**
11 **Apresentação do Termo de Adesão Programas FIA; 8. Comissão de Fundo; 9. Relato da**
12 **Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa Família (PBF) e de Benefícios**
13 **Socioassistencias; 10. Informes; encerramento.** Após leitura, o Conselheiro Aurélio
14 Caetano da Silva pede a retirada do ponto de pauta referente aos termos de adesão de
15 Programas FIA. Conselheira Rosana de Almeida Souza faz pedido de inversão do ponto 8
16 para o ponto 3 uma vez que, por questões pessoais não poderá permanecer até o final desta
17 reunião. Quanto a retirada do ponto solicitado por Aurélio, Gisele Tavares esclarece a
18 necessidade do ponto ter aprovação neste conselho mas que poderá ficar para a próxima
19 reunião. Amanda Wolff, presente na reunião, questiona se será pautada nesta reunião a carta
20 de abdicação dos cargos de coordenação de CRAS, Gerencia e diretoria entregue a este
21 conselho. Marcelo Nascimento, representante do CRESS-PR Seccional Londrina solicita a
22 palavra e fala sobre o posicionamento do Conselho e ressalta a importância da discussão do
23 documento na reunião do CMAS. Conselheira Neusa Tiba atenta a plenária da ausência da
24 secretária Nadia Oliveira de Moura na reunião e se a discussão seria feita sem a sua
25 presença. Conselheira Luana Campos sugere a inversão dos pontos de pauta. Liliane
26 Lankaites solicita espaço para um breve relato da comissão de inscrição. Márcio Antunes,
27 representante do Escritório Regional da Secretaria de Estado reforça a necessidade de
28 discussão do documento entregue. Após discussão da necessidade de se pautar o referido
29 documento é solicitado ponto de pauta que é aprovado pelos conselheiros presentes.

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 Amanda Wolff sugere estabelecer o tempo para o debate do documento e, se não esgotar a
31 discussão, ser pautado novamente em uma próxima reunião. Após as colocações foram
32 organizados os horários, ficando a pauta aprovada da seguinte forma. **2. Aprovação de Atas.**
33 Colocada para apreciação a ata datada de doze de abril de dois mil e dezessete que, após
34 sugestões de alterações das conselheiras Ivana Paula Furlan Rodolpho, Sandra Nishimura e
35 Gisele Tavares foi aprovada pelos conselheiros presentes. **3. Relato de Comissões:**
36 **Comissão de Acompanhamento do Programa Bolsa Família (PBF) e de Benefícios**
37 **Socioassistenciais.** Conselheira Rosana de Almeida Souza relata sobre a capacitação com a
38 Gerência de Transferência de Renda, foram apresentados dados gerais de famílias
39 cadastradas no Cadastro Único e a finalidade do programa para as famílias do município de
40 Londrina. Neusa Tiba reforça que a comissão continua em capacitação com a equipe que
41 compunha a instância de controle do programa anteriormente. Gisele Tavares questiona
42 quem eram os componentes e é informado que era composta por Ivana Paula Furlan
43 Rodolpho e Claudia Renata Favaro e que também foi acompanhada por Sandra Nishimura
44 como diretora da Proteção Social Básica. Neusa Tiba informa que, após este processo de
45 transição, o cadastro único será pautado no CMAS. **Comissão de Cadastro.** Liliane faz uma
46 contextualização referente a saída da conselheira Ana Paula Galdim Ramos da comissão,
47 que tinha maior domínio das ações desta comissão e que, devido ao fato da comissão ter
48 ficado algum tempo sem membros governamentais, desta forma sem paridade, o andamento
49 das atividades dessa comissão foi prejudicado. Informa que foram retomadas as reuniões da
50 comissão com aprovação de dois processos, que a comissão está com processos pendentes
51 e pontuou a necessidade de visitas para melhor análise e parecer da comissão. Relata que
52 foi eleita, pela comissão, como coordenadora a representante não governamental Edna Costa
53 de Oliveira. Conselheira Martinha Clarete Dutra dos Santos refere haver processos
54 repassados sem a documentação completa. **4. Informes.** Marcelo Nascimento do CRESS –
55 PR Seccional Londrina informa que está agendada para o dia trinta e um de maio, as dezoito
56 horas uma conferência livre para debate sobre os rumos do SUAS em Londrina no sentido de
57 discutir a defesa da política pública com qualidade. O local ainda será confirmado.
58 Conselheira Marcia Valim questiona quem está organizando a conferencia livre. Marcelo
59 Nascimento informa que está sendo organizada pelo CRESS-PR em articulação com o CRP-
60 PR. Márcia Valim pede esclarecimentos se esta conferencia integrará a conferencia municipal
61 de assistência social. Marcelo elucida que, em vista dos desmontes denunciados pelos

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

62 profissionais e usuários, o CRESS está chamando a conferência para discutir o assunto.
63 Conselheira Amanda Boza questiona quem fará o debate e Marcelo Nascimento informa que
64 está sendo fechada a programação. Martinha Clarete Dutra dos Santos faz uma fala a
65 respeito das pré conferências e da conferência municipal de assistência social reforçando a
66 necessidade da população ser chamada para debater as condições dos serviços prestados e
67 da política. Findadas as discussões sobre este ponto, a conselheira Luana Campos faz a
68 leitura da Carta entregue ao conselho assinada pelas coordenadoras de CRAS, Diretora da
69 Proteção Social Básica e Gerente de garantia de direitos socioassistenciais de Crianças,
70 adolescentes e juventude e o ofício em resposta encaminhado pela Secretária Nádia Oliveira
71 de Moura ao CMAS. Sara Gladys Toninato, servidora pública presente na reunião, questiona
72 qual o compromisso da secretária de assistência social uma vez que, sinaliza no ofício a
73 necessidade de esperar a arrecadação do município para dar as devidas providências as
74 demandas dos serviços. Valmirete Alves, presidente deste conselho chega a reunião e fala
75 sobre a necessidade de organizar as falas e que, talvez haja a necessidade de convocar
76 outra reunião se não se esgotar as discussões. Realizadas as inscrições de ordem de fala, a
77 conselheira Marcia Valim, colocando como proposta para este conselho, naquilo que lhe cabe
78 intervir, que a comissão de acompanhamento do CMAS faça averiguações quanto ao
79 conteúdo de denúncias contidas no documento, averiguando inclusive a composição das
80 equipes mínimas nos serviços de acordo com a legislação, encaminhamento de ofícios do
81 CMAS para o sindicato dos servidores municipais a fim de averiguar se há alguma infração
82 ao estatuto do servidor; aos conselhos de classe – CRESS e CRP para averiguação das
83 condições do exercício profissional e condutas éticas e ao Ministério Público para ciência da
84 situação e acompanhamento por parte do órgão das deliberações realizadas pelo CMAS e o
85 cumprimento pela gestão. Ana Cristina Góes fala sobre o encaminhamento da carta apenas a
86 secretária e ao CMAS por ser entendimento do grupo que entregou os cargos que este órgão
87 é o maior interessado na garantia da qualidade dos serviços prestados. Quanto a resposta da
88 secretária, pontua que a gerência de gestão de CRAS não foi nomeada sob a justificativa de
89 redução do orçamento, sem haver uma discussão interna com os principais envolvidos e os
90 que sofreriam o impacto com esta decisão. Ressalta que as questões administrativas dos
91 CRAS eram resolvidas pela Gerência e que a ausência desta instância tem impacto direto
92 nos serviços. Quanto aos recursos humanos afetados pelo reordenamento administrativo,
93 avalia ser uma desqualificação do que foi colocado, defendendo a necessidade de um debate

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

94 amplo para se pensar os impactos que causariam. No que se refere ao cadastro único, o
95 impacto do dia a dia não foi pensado, gerando problema de continuidade , ao desvincular a
96 gestão do cadastro único da Diretoria de Proteção Social Básica, essa questão não foi
97 discutida com a diretoria. Reforça que o reordenamento poderia acontecer mas deveria ser
98 feito com diálogo entre os envolvidos. Referente aos Benefícios e a necessidade de
99 arrecadação citado no ofício de resposta da gestora, avalia ser um desrespeito as
100 deliberações deste conselho e que não houve se quer uma proposição de retomar a
101 discussão. Denise Fank, professora da UEL, presente nesta reunião, refere que a carta
102 entregue ao CMAS traz denúncias que devem ser acatadas pelo conselho e ser verificado
103 como serão encaminhadas, que esta questão é essencial ser discutida. Mariluce Queiroz dos
104 Santos, servidora pública faz uma crítica ao fato do documento conter denúncias e a mesa
105 diretora do CMAS decidir trata-la apenas como informe e que deveria ser ponto de pauta.
106 Valmirete faz a contextualização da discussão ocorrida na reunião de mesa diretora na qual
107 foi colocado que foi recebido por escrito e se encaminhou também para resposta por escrito
108 pela secretária. Considerou-se que a secretária não estaria presente e que possivelmente
109 seria ponto de pauta na próxima reunião. Mariluce reforça que o documento fala diretamente
110 sobre coisas que são referentes as atribuições deste conselho. Luana Campos coloca que
111 durante a reunião da mesa diretora reforçou diversas vezes a necessidade do documento ser
112 ponto de pauta e não informe visto a importância do conteúdo do documento, que foi a única
113 a defender este ponto mas foi voto vencido e que, disse na reunião que fazia questão de
114 deixar claro na reunião do conselho seu posicionamento. Valmirete Alves reflete sobre a
115 necessidade das participações nas reuniões do CMAS e não apenas quando há pautas de
116 interesse. Josiani dos Santos Nogueira, diretora da Proteção Social Especial solicita que as
117 ações do conselho quanto a proteção social básica sejam estendidas também para a
118 proteção social especial uma vez que a política de assistência social é composta pelas duas
119 proteções. Sandra Regina Nishimura retomou um dos pontos da resposta da SMAS, no que
120 se refere ao argumento da contenção de despesas para a não nomeação da Gerência de
121 Gestão de CRAS, dizendo que o contingenciamento não é a primeira vez que se enfrenta na
122 Prefeitura de Londrina. Mas, é um argumento frágil, quando se vê na Folha de Londrina, no
123 dia seguinte à essa decisão, a nomeação de um cargo comissionado com remuneração de
124 R\$ 8.000,00. Também retomou uma das questões levantadas por um dos Conselheiros
125 quanto à garantia de equipes mínimas nas unidades de CRAS, patamar este que já havia

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

126 sido superado em Londrina e dessa forma, se for utilizado como parâmetro para avaliação, o
127 conceito de equipes mínimas, corremos o risco de termos mais retrocessos. Sandra
128 Nishimura pede licença para fazer a leitura de alguns pontos sobre a situação enfrentada na
129 política de assistência social no município no qual diz: *“Londrina tem uma história de muito
130 respeito à política de assistência social, que se entendia estar consolidada e não suscetível a
131 retrocessos. O município foi o primeiro do estado do Paraná a implantar o Conselho
132 Municipal de Assistência Social, que sempre se configurou como um espaço, por excelência,
133 de debate dos rumos desta política pública. E, por considerar que este continua sendo o
134 espaço legítimo de debate acerca das questões que afetam a assistência social em nosso
135 município (e que nunca deixará de sê-lo), é que entendemos importante pautar a discussão
136 sobre a Secretaria e a Política de Assistência Social no momento atual. Gostaria também de
137 expressar a minha profunda tristeza como profissional em estar pautando esse tipo de
138 assunto no CMAS, quando a pauta poderia ser de outra natureza e não um assunto que está
139 afetando negativamente a política de assistência social em Londrina. Por outro lado, quero
140 dizer da importância do CMAS não estar alheio às situações que vêm ocorrendo na
141 Assistência Social como órgão de controle social e também, a importância nesse espaço, de
142 desmistificarmos, de refletirmos e esclarecermos tais situações. Já ouvi alguns comentários
143 como: - o que está acontecendo é algo pessoal contra a secretária, que advém da dificuldade
144 de relacionamento com esta profissional – quanto a isso, digo: não é algo contra a pessoa da
145 secretária. É referente à concepção e forma de condução da política pública de assistência
146 social; - o que está acontecendo é algo de um grupo que quer ficar ou que gosta de poder –
147 não é isso – se poder é ficar no cargo, é exatamente o contrário disso que está acontecendo.
148 Estamos deixando os cargos que ocupávamos, inclusive sendo afetados pessoalmente, pois
149 há impacto negativo no salário sem a gratificação do cargo; - agora, se formos pensar que o
150 poder é o poder ter direito de ser respeitado, poder pelo direito de fazer leitura crítica das
151 coisas que estão acontecendo, poder pelo direito de tomar decisões conscientes, poder pelo
152 direito de exercício da democracia e da fala – acredito que é um poder que não é só esse
153 chamado grupo quer, somos todos nós; - o que está acontecendo é coisa de um grupo que é
154 do contra – fazer ponderações, fazer reflexões, manifestar-se contrariamente a algumas
155 decisões, encaminhamentos não significa ser do contra – significa o direito de expressar o
156 seu posicionamento pensando nos rumos e na construção da política pública de assistência
157 social. Essa sempre foi uma marca da equipe da Secretaria de Assistência Social e se*

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

158 *configura como característica desse grupo, inclusive conhecida em outras esferas de*
159 *governo; - o que está acontecendo é prática de um grupo do PT – esse tipo de interpretação*
160 *desvia o foco do que realmente está acontecendo na política de assistência social e o que*
161 *vem ao caso não são as vinculações partidárias pessoais de cada um e sim, o que*
162 *coletivamente afeta profissionais, usuários e a assistência social como um todo. Sendo*
163 *assim, esclarecemos que a nossa decisão de entregar os cargos de diretora de proteção*
164 *social básica, gerente de garantia dos direitos socioassistenciais de crianças, adolescentes e*
165 *juventude e coordenação das 9 unidades de CRAS, foi pautada em alguns pontos principais,*
166 *basicamente em 3 linhas: 1. concepção da política pública de assistência social; 2. forma de*
167 *gestão da política pública de assistência social; 3. forma de gestão do trabalho – gestão de*
168 *recursos humanos. Quanto à concepção da Política Pública de Assistência Social podemos*
169 *citar a intenção por parte da gestão municipal em querer aprovar o Programa Criança Feliz –*
170 *que vai contra a construção até agora efetivada pela política de assistência social, pois este*
171 *programa traz como proposta, ações antes da LOAS e até mesmo, antes da CF 1988 como o*
172 *primeiro damismo e as ações de caráter higienista (observar a casa, asseio pessoal, ver o*
173 *que está acontecendo de certo ou errado na família) e de controle das famílias quando dá*
174 *ênfase nos visitantes sociais para essa tarefa, proposta esta, não aprovada por este*
175 *Conselho; outra questão relacionada à concepção da Política Pública de Assistência Social,*
176 *foi quando a gestão municipal cogitou a ideia de fazer as carteiras de trabalho nas unidades*
177 *de CRAS, o que não se concretizou tão somente porque houve posicionamento desta equipe*
178 *a tal atitude. A confecção da carteira de trabalho é uma responsabilidade do órgão gestor da*
179 *política do trabalho, isto é, a Secretaria Municipal do Trabalho e não da política pública de*
180 *assistência social; também está relacionada à concepção da Política Pública de Assistência*
181 *Social – a posição da gestão municipal que desconsidera o acúmulo e os debates que*
182 *levaram à proposta da criação da central do cadastro único – não há dúvida que ninguém é*
183 *contra a descentralização dos serviços e das ações. No entanto, o debate foi profundo e se*
184 *transformou em uma decisão institucional, inclusive do próprio CMAS. Os argumentos que*
185 *levaram à respectiva deliberação foram: 1. cadastro único está para além da política de*
186 *assistência social – ele é um cadastro que transita por várias políticas públicas: segurança*
187 *alimentar, educação, saúde, habitação, entre outras; 2. o foco de intervenção das unidades*
188 *de CRAS deve ser na execução do único serviço que deve ser público e estatal da Proteção*
189 *Social Básica, que é o PAIF, que é o serviço que deve atender e acompanhar as famílias e*

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

190 utilizar a estrutura do serviço PAIF (sobretudo recepção) para a ação afeta ao cadastro único
191 é deixar de investir, exatamente onde temos que investir de forma mais incisiva; 3. não é o
192 fato de estar descentralizado hoje, que está significando acesso ágil, pois ao mesmo tempo
193 em que há locais com agendas próximas, há locais com agendas para daqui 3 meses e com
194 a Central há uma possibilidade maior de divisão dos cadastradores, não ficando um
195 sobrecarregado enquanto outros “mais tranquilos”. A segunda linha mencionada, foi a forma
196 de gestão da Política Pública de Assistência Social – consequência da concepção adotada –
197 destaco dois exemplos: 1. não assinatura do decreto do auxílio natalidade – a questão não é
198 fazermos referência se esta ou aquela administração fez ou deixou de fazer. Sempre teremos
199 pendências. A questão principal é: o que precisamos fazer para resolver tal situação. É
200 assinar rapidamente. Entender que a assinatura neste momento vai gerar gastos, que
201 inclusive já estão previstos em orçamento debatido por este conselho, é entendimento
202 cunhado numa perspectiva de gestão, que se embasa numa determinada concepção; 2. A
203 orientação por parte da gestão que não é prioridade o trabalho em comissões – é outra
204 concepção que desconsidera a história de gestão da política pública no município que,
205 independente do gestor, caminha com a consolidação de espaços democráticos de
206 discussão, pois é nas comissões que se tem a possibilidade de realizar construções coletivas
207 e, por isso, mais legítimas. A terceira linha apontada, foi a forma de gestão de RH- gestão do
208 trabalho – temos percebido um descuido com os funcionários (motorista, TGP – técnico de
209 gestão pública, assistente social, psicólogo) na Proteção Social Básica – o que é esse
210 descuido? os profissionais ficam sabendo que devem ir se apresentar no dia anterior em
211 outro local de trabalho sem um processo de transição. Para mim, isso significa um descuido
212 não só com os funcionários, mas sobretudo com os usuários da política pública de
213 assistência social, uma vez que não há avaliações mais profundas sobre o impacto de tais
214 mudanças na dinâmica dos serviços. Por fim, as questões que acabei de pautar estão
215 fundamentadas no modo de conceber e fazer a gestão desta política e, jamais relacionadas a
216 questões pessoais, pois, se vocês me permitem, gostaria de dizer que, nesses quase 30
217 anos de exercício profissional na Prefeitura de Londrina, aprendi e continuo aprendendo a
218 todo dia que a melhor forma de fazer gestão é junto, de forma compartilhada e respeitosa”.
219 Valmirete Alves reafirma que há outros pontos de pauta importantes para esta reunião e a
220 necessidade de todos permanecerem até o final e participar das discussões. Sandra Coelho,
221 servidora pública refere que a proteção social especial também tem preocupações e também

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

222 integra a política de assistência social e tem as suas dificuldades. Gisele Tavares pontua que
223 o debate em questão extrapola a proteção social básica e diz respeito a política de
224 assistência social como um todo. Sara Alexius, faz sugestão de que o CMAS solicite lista dos
225 cargos comissionados e os valores de remuneração. Refere que, a respeito da resposta da
226 SMAS falar sobre a manutenção das coordenações de cras na íntegra, durante o processo
227 de transição, a nova gestão cogitou a junção de dois CRAS de forma interna, mas foi
228 defendida a impossibilidade pela Diretoria. Referente ao remanejamento dos servidores, não
229 se questiona ser feito, mas a forma como é feito e que, como colocado no ofício em resposta,
230 refere que gestor não pode viver de intenção, mas de conhecimento das legislações. Pondera
231 que o movimento deflagrado não tem vinculação político-partidária. Marcio Antunes faz uma
232 fala referente a demonização de quem é filiado a partido político, entretanto, isso não é ilegal
233 e todos tem direito de livremente se filiarem em qual partido que desejarem, tem que
234 respeitar opção partidária. Sara Alexius refere que concorda com a colocação feita. Adriana
235 Santos coloca sobre a dicotomia entre os trabalhadores insatisfeitos versus os trabalhares
236 que ouvem que trata-se de um grupo insatisfeito. Relata que haviam cargos que já seriam
237 trocados porque se posicionavam e se colocavam em postura de luta. Que se preocupa com
238 a existência de uma “lei da Mordação” com os novos coordenadores. Refere que dinheiro não
239 pode ser superior à ética e que deve haver uma defesa intransigente dos direitos. Marcia
240 Paiva fala sobre a necessidade de traçar estratégias para medir o impacto das mudanças
241 para os usuários, que o orçamento aprovado e os recursos arrecadados pelo município não
242 são justificativas a morosidade da assinatura do decreto de auxílio natalidade. Questiona
243 quais os prazos estabelecidos na LDO, o que está sendo deliberado e não está sendo
244 respeitado e defende que os encaminhados aprovados no conselho para a proteção social
245 básica devem se estender para a proteção social especial. Maria Giselda de Lima, servidora
246 pública se apresentou como assistente social do CRAS Norte A e fez uma contextualização
247 sobre o cenário atual em Brasília no qual estão sendo usadas medidas de força para conter a
248 população que está protestando. Refere que não esperava esta postura de desmonte da
249 política por parte da secretária Nádia. Defende que não há grupo de quem assinou o
250 documento, mas de um grupo de profissionais comprometidos com a sua ética e que
251 considera que os coordenadores que assumiram a coordenação sabendo da luta desse
252 grupo não são dignos de assumir a coordenação. Refere que não tem problema nenhum em
253 dizer que é filiado a partido pois entende que o partido são as pessoas e são elas que fazem

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

254 a política. Pontuou também que a secretaria mandou um funcionário do CRAS para o Sine
255 sem comunicação prévia. Amanda Wolff sugere que seja utilizado o termo trabalhadores do
256 SUAS. Conselheira Amanda Boza solicita que conste em ata que a senhora Maria Giselda de
257 Lima disse que alguns coordenadores não são dignos de assumir as coordenações. Sara
258 Glads relata que deve –se registrar mesmo. Gisele Tavares verbaliza, que embora não faça
259 parte do grupo que assinou o documento, apóia a decisão das colegas de trabalho e registra
260 sua preocupação com o que está colocado nele, não apenas no âmbito municipal, mas no
261 cenário nacional. Refere que a porta de saída dos usuários que está sendo tão falada não
262 será pelo mercado de trabalho que não tem capacidade de absorver todos dentro do sistema
263 capitalista. Reforça a necessidade de fortalecer a Política de Assistência Social no município,
264 de pensar os encaminhamentos deste conselho e fomentar a discussão com os usuários,
265 referindo-se que não se pode esquecer que a função desta política é a proteção e questionar
266 o que estamos conseguindo garantir de proteção. Gisele ainda ressalta que nas prés
267 conferencias precisamos discutir com nossos usuários avaliando a proteção social sob o
268 olhar dos usuários. Maria Giselda de Lima solicita que conste que não considera que alguns
269 coordenadores são dignos porque assumiram sabendo da defesa das demais colegas que
270 deixaram os cargos. Márcio Antunes reforça a idéia de Giselda que não deve haver grupos,
271 questiona quais os encaminhamentos e se será constituído um fórum para discutir a política.
272 Faz um resgate da história de Londrina e dos trabalhadores da Política de Assistência Social
273 no município, tornando-se referência. Verbaliza que veio a reunião em apoio ao grupo e dizer
274 que agora somos um só grupo de trabalhadores que precisam discutir esse retrocesso tardio
275 que chega a Londrina. Marcia Valim reforça o espaço do conselho como espaço de controle
276 social, qual o papel e atribuições do conselho ou em um espaço e atenta que haverá um novo
277 processo de constituição do CMAS com as trocas de conselheiros. Ana Karina Barbosa
278 pondera que as discussões devem ficar no âmbito do SUAS enquanto política e não
279 enquanto grupo de pessoas. Conselheira Martinha declara que se reconhece nesse grupo
280 que tomou essa atitude, pois aqueles que se comprometem com a construção das políticas
281 públicas precisam se posicionar, que foi um lapso o conselho tratar assunto de tamanha
282 importância como informe. Sugere como encaminhamento a emissão de uma nota com o
283 posicionamento do CMAS e a necessidade de discussão com a sociedade. Valmirete Alves
284 abre espaço para quem quiser fazer o contraponto do que foi debatido e se é contrário aos
285 encaminhamentos propostos e não houve manifestação dos conselheiros presentes. Os

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

286 encaminhamentos aprovados pelo conselho foram: Envio de ofícios para Sindicato dos
287 funcionários públicos e Senalba, para o CRP e CRESS para averiguação das condições
288 éticas e técnicas do trabalho. Encaminhamento de cópia da carta para o Escritório Regional
289 como órgão de apoio técnico as gestões municipais. Envio de ofício ao Ministério Público
290 referente aos prazos para cumprimento das deliberações para o acompanhamento com cópia
291 do documento entregue, resposta e das deliberações. Documento deverá ser enviado com
292 cópia para o Prefeito de Londrina Marcelo Belinati e Secretaria Nadia Oliveira de Moura.
293 Neusa pondera que deve ser aberto espaço para a secretária responder os questionamentos
294 no conselho, considerando que ela havia justificado a sua ausência nesta reunião. Há
295 necessidade de confirmar a agenda da secretária. A plenária deliberou por realização da
296 reunião extraordinária no dia trinta e um de maio, as treze e trinta neste mesmo local.
297 Referente a nota, foi composta comissão para escreve-la sendo composta por Amanda Wolff,
298 Martinha, Rogerio. Nesta deverá constar que o conselho recebeu o documento e os
299 encaminhamentos dados. Deliberado pela composição de uma comissão para averiguar as
300 denúncias contidas no documento. Adriana Santos pondera que o assunto extrapola as
301 atribuições da Comissão de Acompanhamento. Ivana Paula Furlan refere que não tem
302 condições de participar desta comissão, por já participar de outras duas. A comissão foi
303 composta por Gisele de Cássia Tavares, Luana Garcia Campos, Valmirete Alves, Juliana
304 Rodrigues da Cruz, Rogerio de Paula Santos e Martinha Dutra. Dando continuidade a pauta,
305 foi deliberado que os pontos **Apresentação dos Projetos para Construção de CRAS e**
306 **CREAS – Proposta voluntária do MDS-2017; e Conferência Municipal de Assistência**
307 **Social;** serão pautados na reunião extraordinária. **Critério para emissão de Atestado de**
308 **Funcionamento:** colocado que tem chegado pedido das entidades para que o CMAS emita
309 atestado contendo informações que a entidade está em pleno e regular funcionamento há 03
310 anos. Marcia Valim elucida que todas as entidades solicitarão documento ao CMAS para
311 renovação do CEBAS. Após argumentações e discussões foi deliberado que o CMAS poderá
312 emitir apenas atestado contendo informações de quanto tempo a entidade está inscrita no
313 conselho e em qual modalidade que é o que lhe cabe de competência, não tendo atribuição
314 que garantam afirmar o pleno funcionamento das entidades. **4-Comissão de Fundo.**
315 Comissão de Fundo informou que analisou o Ofício do Bom Samaritano solicitando
316 autorização para aquisição de equipamentos, camas, com recursos da Operação Noite Fria
317 2017, no valor de R\$ 16.000,00, o parecer da comissão é favorável, e em votação, os

Ata Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

318 conselheiros aprovaram e será emitido Resolução. A Comissão de Fundo solicitou
319 autorização para agendar reunião com a Caritas para tratar de assunto relacionado ao
320 convênio, saldos nas contas, novos repasses e Plano de Trabalho, visto os saldos desse
321 bloco e a necessidade de novo planejamento de execução, em votação os conselheiros
322 presentes deliberaram favorável a solicitação da comissão. A Comissão de fundo informou ter
323 vários pontos de pautas, e que já havia pedido ponto de pauta fixo nas reuniões, visto a
324 complexidade e relevância das questões. A Comissão de Fundo chegou a relatar sobre a
325 análise feita, considerando os saldos, e proposta de deliberação para pagamento de pessoal
326 na PSE – Média Complexidade – fonte 938 no valor de R\$ 125.000,00, mas, após
327 considerações da Conselheira Neusa Tiba, que tem percebido que nas reuniões os assuntos
328 que envolvem parte financeira têm ficado para o final da reunião e há um esvaziamento de
329 conselheiros e participantes no ato da deliberação, não foi deliberado. Neusa coloca ainda
330 que legalmente consta na lista de presença a assinatura dos conselheiros mas moralmente
331 não se fazem presentes no momento da aprovação, sugere a necessidade de inversão
332 dessas pautas para o início da reunião. Valmirete comentou que a Neusa já havia comentado
333 isso em outras reuniões. Considerando a observação da Conselheira Gisele que seria para o
334 mês de junho, a plenária deliberou por pautar na próxima reunião. Registre-se que a lista de
335 presença é documento integrante desta ata. A reunião é encerrada às 18H00, sendo o que
336 havia a ser relatado, eu, Luana Garcia Campos, 2ª Secretária deste Conselho, redijo a
337 presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.